

ENTREVISTA COM PAULO NOVAES COUTINHO

Matheus Vitorino Machado

Mestre pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1098997712342158>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9936-2228>

A entrevista¹ com Paulo Novaes Coutinho:² foi realizada em meio à pandemia, em função de minha dissertação de mestrado em Ciência Política, que investiga a construção da Comissão de Anistia. Devido às restrições de circulação e a outras medidas adotadas contra a COVID-19, a entrevista precisou ser realizada a distância, em um momento em que poucos dispunham de equipamentos adequados para entrevistas online. Por essa razão, a entrevista possui indicações de momentos em que não foi possível identificar com clareza palavras e termos. Apesar dessas dificuldades, Coutinho — como prefere ser chamado — concedeu uma valiosa entrevista na qual narra sua formação política ainda na juventude, sua participação na Revolta dos Marinheiros de 1964, os anos de clandestinidade e, sobretudo, sua trajetória junto à Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA), pela defesa da anistia e pela reparação de militares e trabalhadores não-anistiados pela Lei de 1979.

Nota de transcrição: Esta transcrição foi realizada a partir de gravação de áudio e contém indicações entre colchetes para trechos com dificuldades de escuta. As marcações seguem o seguinte padrão:

¹ Data: 07/05/2020 - Local: Rio de Janeiro, Brasil.

² Paulo Novaes Coutinho, nascido em 1945 em Serrinha (BA), foi fuzileiro naval e participou da Revolta dos Marinheiros em março de 1964, sendo preso por oito meses. Após o cárcere, viveu 15 anos na clandestinidade, período em que integrou o PAULO NOVAES COUTINHO e, posteriormente, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Anistiado em 1979, fundou, junto a outros militares não anistiados, a União Nacional dos Militares Não Anistiados (UNMA) e atuou em outras associações em defesa dos direitos dos atingidos pela ditadura militar de 1964.



[inaudível] para partes não compreensíveis,
[dúvida] para trechos cuja compreensão é incerta,
[áudio embaralhado] para distorções causadas por falhas técnicas na gravação.

A entrevista foi realizada em dois momentos distintos, por meio de chamadas gravadas. O texto transscrito corresponde à união dos dois áudios, identificados no corpo da transcrição da seguinte forma:

[Áudio 1] – Duração total: 1h02min50s

[Áudio 2] – Duração total: 10min55s

As duas partes foram integradas em sequência, respeitando a ordem cronológica da conversa.

[Áudio 1]

Paulo Novaes Coutinho: Alô.

Matheus Vitorino Machado: Alô. Tudo bem seu Coutinho?

Paulo Novaes Coutinho: Tudo bem?

Matheus Vitorino Machado: Bom é que... Muito obrigado, tá? Desculpe o incomodo da gente ter tentando manter aquele link.

Paulo Novaes Coutinho: Tá. Sem problema.



Matheus Vitorino Machado: É o senhor se incomoda da gente gravar a ligação só pra poder depois fazer a transcrição pra pesquisa?

Paulo Novaes Coutinho: Não. Sem nenhum problema.

Matheus Vitorino Machado: Tá ótimo então seu Coutinho. É obrigado tá, de verdade por tá contribuindo pra pesquisa. Pra mim vai ser uma contribuição inestimável.

Paulo Novaes Coutinho: Tá. Tudo bem.

Matheus Vitorino Machado: O que queria então começar te pedindo pra você falar um pouquinho da sua experiência política antes, durante e depois da ditadura? E de como que ela se relaciona com a criação da Comissão de Anistia?

Paulo Novaes Coutinho: Tá. Veja bem. É um assunto longo, né? Tanto pra ditadura militar, a minha experiência política era... Conforme antes de entrar nas forças armadas, no corpo de fuzileiros navais. Eu era jovem. É adolescente e era ligado a uma célula do Partido Comunista na minha cidade no interior da Bahia. E ali começou a minha atividade política, né? Distribuição de jornais “A voz operaria”. Aquela coisa. Reuniões com os companheiros mais velhos da base do partido da cidade que eram elementos ligados a funcionalismo público, bancários, terciários. Essa coisa aí. Aproveitando eu entrei nas forças armadas em 1962. E aí eu, praticamente durante o pouco tempo que eu servi no corpo de fuzileiros navais, não tive tempo de participação política, porque fui pro centro de recrutas. Do centro de recrutas eu vim pra... Destacado pra base aeronaval de São Pedro da Aldeia. Era a base naval. Estava havendo ameaças do Brigadeiro Eduardo Gomes tomar a aviação embarcada da Marinha. Nós fomos lá e ficamos por lá uns quatro meses e guarnecendo a base. E dali retornamos e eu fui pra Companhia de Polícia do Corpo de Fuzileiros Navais. Aí to numa... Numa fase histórica muito conturbada. A gente é... Prontidões rigorosas sempre. Aquela coisa, serviço um por um como



se fala. Todo dia. Um dia sim e outro também. E a participação política desse contexto era difícil. Não só conversa a respeito da criação da associação. E eu nunca tive possibilidade de frequentar muito à associação, porque não tinha tempo, né? E seguindo uma troca de elite que era direto, dando guarda no monumento nacional. Os portos, fazendo escoltas e dando... Guarnecedo as torres da Rádio Mayrink Veiga que é ligado ao governo João Goulart. Então é uma vida muito apertada. E houve o... Até chegar o momento da vida para reprimir a manifestação do sindicato dos metalúrgicos, onde a marujada estava reunida é para comemorar o segundo aniversário da associação que havia sido criada o dia vinte e cinco de março de 1922. Como eu me alistei em 62... E que contrariava a determinação do conselho do almirantado, que era totalmente contra a associação desses cabos e soldados. E que era... Só era permitido a associação dos suboficiais, sargentos e os oficiais. Entendeu?

Matheus Vitorino Machado: Uhum. Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Se quiser fazer alguma pergunta você pode fazer.

Matheus Vitorino Machado: Isso é em que ano? Foi...

Paulo Novaes Coutinho: 1900... Essa coisa de... Essa reunião lá do sindicato no dia vinte e cinco de março de 1964.

Matheus Vitorino Machado: Ah. Certo. Certíssimo. E como que as coisas procederam depois disso?

Paulo Novaes Coutinho: Veja bem. É. Deixa eu voltar um pouco antes. No dia treze de março de 1964. Quer dizer, doze dias antes, como era uma tropa de elite, né, nós participamos guarnecedo o palanque do Presidente constitucional do país João Goulart, naquele memorável comício do dia treze de março de 1964. No comício da reforma. Então foi um comício, no qual



o Presidente anunciou várias medidas importantes para o desenvolvimento é mais progressista do país. Reforma agrária. Reforma urbana. Reforma universitária. É... E nacionalização dos bancos. E partidos estrangeiras. Quer dizer, reforma agrária que abrangia a beira das estradas. Cem quilômetros na horda das estradas pra facilitar a evacuação da produção. Dos trabalhadores iam trabalhar nessa reforma. Isso aí chamou atenção da... Das elites, né? Que não queria de maneira nenhuma um regime diante... Desse tipo, né? E aí doze dias depois teve essa manifestação dos... Do segundo aniversário da associação. Nós fomos pra lá. E o que ocorre é que aquela... Aquele festejo havia sido transformado numa sessão permanente em apoio ao Programa de Reforma de Base do Presidente da república João Goulart. E como tal, era também o comandante supremo das forças armadas. Quer dizer: a marujada estava ali com o apoio ao Presidente. Ao Programa de Reforma de Base do Presidente da república. E o nosso comandante era o Almirante Cândido da Costa Aragão que era um militar nacionalista, patriota, que apoiava fielmente o Presidente João Goulart. Então, dali... Eu sou da tropa que foi lá pra reprimir a manifestação e nos colocamos fronteiramente ao sindicato dos metalúrgicos ali na Rua Ana Neri, que ficava Perto do Largo do Pedregulho. E ali a marujada lá dentro começou a cantar aquele discurso, falasões convocando os fuzileiros navais que ia fazer a repressão a apoiar o movimento e tal. E vários discursos. Várias lideranças políticas. Aí leram o manifesto da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Que depois nós soubemos que esse manifesto foi escrito pelo Deputado... O então Deputado... Deputado da constituinte de 45 Carlos Mariguella. Né? Era ligado a direção da associação. E ali é naquele momento cantaram o hino nacional, pediram apoio e vinte e seis daqueles fuzileiros que estávamos na tropa que ia reprimir, nós pegamos a nossas metralhadoras colocamos no chão e entramos no sindicato dando apoio a todo movimento. Um apoio solidariedade ao Programa de Reforma de Base do Presidente constitucional do país. Aí ficamos ali. Os oficiais que comandavam a tropa recolheram as armas que nós deixamos no chão e retornaram com a tropa... Com o restante da tropa pros quartéis. Aí surgiu a informação de que o... Aquele quarteirão do sindicato ia ser bombardeado com o nosso pessoal mesmo. Era em torno de dois... Duas a três mil pessoas ali dentro. Enfim. Militares que estavam ali e muitos civis a essa altura que tinha entrado e estavam apoiando o governo. E aí o... Chegou uma tropa do primeiro Batalhão de guarda da PE e do



Exército. Cercou o sindicato. Cercou o quarteirão. E o Coronel entrou e falou que tinha autorização da presidência da república para é proteger e dar segurança a nossa assembléia. Ficamos ali. No dia vinte e cinco, vinte e seis. No dia vinte e sete de março nós fomos retirados dali em viatura do Exército brasileiro, fomos levados pro primeiro batalhão de guardas. Ali na Avenida Pedro II. Ali em São Cristovão. E dali ficamos formados lá. Almoçamos lá e o Presidente da república ligou pro comandante do Primeiro Batalhão de Guardas e mandou que nós fossemos liberados que nós estávamos anistiados. E aí contornamos pros quartéis. Houve aquela passeata da marujada com Almirante Aragão lá perto da Candelária, que foi historicamente muito propagandeado. Tinha alguns marinheiros, fuzileiros carregando o Almirante Aragão nas costas assim e tal. Era um momento muito inflamado. Era um momento de radicalização histórica muito grande. Porque vocês... Iria escutar pelas rádios. Iria pros jornais. E o governador... O Deputado Leonel Brizola ocupava grande espaço da Rádio Mayrink Veiga e nós assistíamos direto com o radinho de pilha no ouvido. Assistíamos aquela programação toda. E era uma... revolução. Era aquele momento em que historicamente se chega a um atrito que não tem saída. É um atrito vai acontecer.

Matheus Vitorino Machado: Aham.

Paulo Novaes Coutinho: E aí... Isso aí foi assim: ficamos ali. Quando foi o dia três de março... E participando de vários eventos ali. Quando voltamos pro quartel, continuamos normalmente como se nada tivesse acontecido. O Presidente da república era... Tava no poder. Fizeram várias participações. De guarneamento. Fechamento da Rádio Globo. Radio Nacional e expulsão de... Polícia militar de Lacerda que tinha invadido o Sindicado dos Aerooviários. Brigadeiro Francisco Teixeira convocou o contingente de fuzileiros. Nós fomos pra lá. Prendemos o pessoal da polícia de Lacerda. Levamos três caminhões de policiais de Lacerda pra o Ministério da Marinha. E continuamos. Quando foi no dia... Quando o Presidente foi deposto. Lá no dia três, dia quatro, nós estávamos no quartel indo normalmente. Fomos presos no presídio naval e ficamos presos lá. No dia nove de março foi decretado o Ato Institucional número um pela ditadura militar, né? E no dia dezessete de março, nós fomos expulsos a toque de caixa



conforme marca o regulamento, né? Tropa formada no pátio. A gente sai em filas indianas do presídio. E ficamos todos naquela fila em frente a toda tropa. Com o comandante do corpo de fuzileiros. O novo comandante... Heitor Ferreira de Aquino se não me falha a memória, leu a ordem do dia da expulsão e foi passado piche no peito da nossa blusa, né? E nos fomos entregue. Ele leu a ordem do dia. E nós fomos entregues aos camburões da polícia civil que estava dentro do quartel pra nos levar pra penitenciária. E aí é uma cerimônia aviltante, que eles mandam a tropa dar meia volta volver. Ficar de costas né. E que é aquela marcação na caixa: "Tra. Pa. Ta". E a gente sai e entra na polícia. Na viatura. E saímos. Quando chegamos lá embaixo, que eu... Essa cerimônia foi na Ilha das Cobras. O Quartel General dos Fuzileiros Navais. Chegamos lá embaixo no Ministério da Marinha lá na Praça Barão Ladário. As viaturas foram paradas e isso... Houve discussão entre os policiais e outras pessoas que estavam fora, que os caras eram oficiais da Marinha do CENIMAR. E nos fomos retirados da... Com a viatura... Das viaturas. E tinha uma lancha ali atrás. Do lado do cais da bandeira. Ali do lado do Ministério da Marinha antigo. E nós fomos embarcados naquela lancha, sem saber pra onde é que íamos. Então tinha um navio ali. Navio Ary Parreiras que estava adernado ali do lado ali da Ilha das Cobras mesmo. Adernado é o navio quando está com o casco furado. E ele está todo desequipado já pra entrar pro dique pra fazer a reforma. Já esta meio de lado assim. E ali nós fomos jogados no porão daquele navio.

Matheus Vitorino Machado: Caramba.

Paulo Novaes Coutinho: Braba a água, sem limite, dormindo no casco do navio mesmo assim. E ali passamos trinta dias. Ali todo e chegando gente. Chegaram a ter ali cerca de duzentos e setenta e três homens ali presos. E saímos dali pra fazer... Dar depoimento lá no quarto andar do Ministério da Marinha. No CENIMAR. E depois dali nos tiraram e nos levaram pra Ilha das Flores. E foi aquela via crucis, né? Ilha das Flores. O comandante lá da... Na prisão. Delegacia. Diz que era um presídio lá que as pessoas. Esses portugueses que é que se insurgiam com a Portaria 1104 da SUBOC, que decretava o congelamento dos preços. Eles aumentavam. Não sei eram todos levados pra lá. E quando nós chegamos lá, o comandante da Base dos Fuzileiros



Navais. Sei o nome dele era Ilmar Temer. Era irmão desse... Desse Milton Temer que foi Senador aqui na época.

Matheus Vitorino Machado: Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Ele falou pra segurança que ali estavam pessoas tremendamente perigosas e que não respeitávamos a vida de ninguém. E que eles tavam liderando os portugueses. Os ladrões, né? E que aquilo ali... Ficamos presos lá. Ficamos presos lá, dormindo dez, doze pessoas num quarto. Todo mundo eletrificado, com arame farpado.

Matheus Vitorino Machado: Caramba.

Paulo Novaes Coutinho: E na hora do rancho tinha aquelas mesas de cimento. E a gente pegava a bandeja. Entrava naquela fila. Botava a bandeja. Comia aquela comida, batata com casca e tudo, aquela coisa e ali quem abria. Que o filho da mãe chegava lá e vinha andando por cima da mesa. Botando o [Inaudível – 0:15:02.1] só faltava pisar em cima da bandeja da gente. E quando... Todo tipo de é de desmoralização, né? Todo tipo de afirmações. Quando não eram muito ofensivas, né? E dali saiu. Fomos retirados dali uns três meses depois e fomos levados pra um Navio Escola Custódio de Melo, que estava ancorado ali na... Fundeado ali perto da... Perto da Ilha Fiscal ali. Perto da cabeceira do aeroporto Santos Dumont. E ali nos fomos colocados na terceira coberta do navio. Lá no furão memo. E aí nós ficamos mais uns dois meses e dali foi que nós começamos a receber visitas. Já uns cinco meses depois de presos. Aí nós fomos receber visita. Eu fui na minha vez de ir. Eu fui numa barcaçazinha. Uma lancha, pra receber visita lá na Escola Naval, lá na Ilha do Villegagnon. Aí me levaram. A lancha parou na entrada da base lá da Ilha, né? Da escola. E o oficial do dia não permitiu que nós desembarcássemos ali. O barco teve que sair. Fazer o contorno da ilha. Tinha aquelas pedras... Aqueles blocão de pedras que dão sustentação de proteção aos muros da escola. Nós descímos por cima daquelas pedras, saltávamos o muro., descímos no gramado do outro lado, pra seguir em fila indiaна escoltados pra ir do cinema lá da Escola Naval pra poder receber a visita dos



familiares. Então minha mãe foi me visitar pela primeira vez lá. E nós fomos ali. E pouco tempo depois nós saímos ali do Navio Custódio de Melo e fomos colocados num depósito de presos lá no Alto da Boa Vista, onde é hoje um quartel do corpo de bombeiros. E dali nos descíamos no camburão da polícia. É vinte e seis homens dentro do camburão da polícia. Naquela época as ruas estreitas. Não tinha lá luz. Não tinha essa... Esse plano paisagístico que tem hoje. Um calor desgraçado. E descíamos pra sumário de culpa, aqui na Praça Pio X aqui no Segundo Tribunal do Júri. E que havia que a gente chegava ali. Muita gente com insolação, vomitado. Nós entravamos lá. Sentávamos na frente... Um banco... Aqui tinha umas cadeiras. Que permitido, no juiz, um promotor, mandar que nós fossemos retirados pra fazer um asseio rápido assim pra tirar aquele mal cheiro, né? E voltar pra lá. E ali vinham as testemunhas de acusação. O Almirante Silvio Heck. E outras testemunhas de acusação contra nós. E a gente que fica falando. Nós éramos os réus ali, né? E o... Dom Jaime Barros Câmara que foi... Era Acerbispo então do Rio de Janeiro naquela época. Ele que dirigia aquelas Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Ele propôs que os fuzileiros navais que depuseram as armas, que fossemos fuzilados. Pra que fosse o fuzilamento... Fosse retirado a macula do corpo de fuzileiros navais.

Matheus Vitorino Machado: Caramba.

Paulo Novaes Coutinho: E a gente tem que assistir a tudo isso. Ali ficamos... E ali... Pusemos lá... Aquela vida dormindo no chão. Onde dez por ser num chão com aquela privada no canto assim do quarto. Aquela privada que você fica cócoras pra fazer a necessidade. Dormindo em colchonete no chão. E a comida péssima. E aí conseguimos com delegado da polícia que tinha lá. O delegado Marinho pra que ele permitisse que a gente através de doações dos nossos familiares e amigos a gente tivesse condições de fazer uma cozinha ali. Ele permitiu e nós começamos a cozinhar ali precariamente, né? Porque a comida que vinha da Frei Caneca pra gente comer. Que era a comida dos presos lá da Frei Caneca era comida estragada. A carne não tava cozida direto. Só pelanca de barriga e de peito. Com aquelas [Inaudível – 0:19:28.7]. Você não conseguia mastigar. Tinha que engolir aquilo inteiro. E aí melhorou um pouco. E ficamos ali até que tivemos o habeas corpus. E no dia que tivemos habeas corpus nós descemos lá pra



Frei Caneca. Os advogados Dr José Valadão, Dr Sobral Pinto disseram que estávamos ali o alvará de soltura. Que nós desaparecêssemos, porque dentro de vinte e quatro horas a nossa prisão preventiva seria decretada. E aí nós desaparecemos. Cada qual pro seu lado, né? E aí continua a vida de lutas na clandestinidade. Quatorze anos de clandestinidade. Eu era ligado ao partido. Voltei pra estrutura do partido na clandestinidade. Participei no sexto congresso do partido em 1967, no comitê municipal da minha cidade lá no interior da Bahia. Serrinha. E dali, o meu... O Presidente do comitê estadual do PCB da Bahia era o Carlos Mariguella. Que era baiano ele né?

Matheus Vitorino Machado: Aham.

Paulo Novaes Coutinho: E dali como não houve uma concordância com a resolução política do sexto congresso, ele imediatamente já rompeu com o partido e já criou o PCBR. E nós continuamos juntos ali seguindo da luta.

Matheus Vitorino Machado: Só um instantinho. É bom... Nesse momento que o senhor falou que o senhor tava vivendo na clandestinidade. Que os outros marinheiros também foram pra clandestinidade, eu havia lido em alguns livros. No livro do Paulo de Melo Bastos, que os militares eles foram dados administrativamente como mortos.

Paulo Novaes Coutinho: Muitos. Mas ele falou o seguinte. Vou lhe explicar esse detalhe.

Matheus Vitorino Machado: Sim.

Paulo Novaes Coutinho: Os militares jovens como eu. Saí da Marinha eu não tinha... Eu ia fazer vinte anos. Era garoto. Então é... Eu não tinha ainda muitos anos de Marinha porque é... Essa questão de ser considerado morto ainda existe no regulamento da Marinha até hoje. É as pessoas quando completam dez anos de Marinha, eles passam a ter estabilidade. Se já eram



casados, eles são expulsos e a expulsão a sua viúva recebe aquele montepio. Chamado montepio. E aqui ali, eles classificam como se fosse uma tensão pela morte do marinheiro expulso, sabe como é?

Matheus Vitorino Machado: Ah. Entendo.

Paulo Novaes Coutinho: É considerado morto pra Marinha, porque a Marinha não podia dizer que ele havia sido marinheiro se ele já tinha estabilidade. Já recebia a instituição. E ali vai: “Morto e a viúva vai herdar e tal.” Isso que era assim. Era essa a classificação dos caras considerados mortos.

Matheus Vitorino Machado: Ah. Certo. Mas pra quem não tinha dez anos ainda de...

Paulo Novaes Coutinho: Aí não. Você era expulso. Era... Acabou e fim de papo. Tentou uma...

Matheus Vitorino Machado: Então de...

Paulo Novaes Coutinho: Nós somos expulsos todos. O pessoal de Marinha com base no Ato Institucional número um de nove de abril de 1964.

Matheus Vitorino Machado: Entendo. Acredito pra vocês que ainda tinham... Ainda tavam numa posição hierárquica decorrente de uma menos tempo...

Paulo Novaes Coutinho: Era mais jovem, né? Mas a gente entra no corpo de fuzileiros através de concurso público. E você vai servir três anos. Depois de três anos você... Naturalmente, você já era cabo. Primeira classe. Depois você vai fazendo carreira. O concurso público é o concurso



inicial que a gente faz. Se você não tiver capacidade você não entra. Tá entendendo? Então é uma tropa profissional.

Matheus Vitorino Machado: Entendo. Entendo perfeitamente. Mas vocês quando lançados na clandestinidade então não havia atenção? Não havia nenhum tipo de recurso especial dedicado a vocês? Vocês tavam sempre naquilo ali?

Paulo Novaes Coutinho: Nenhuma. Havia era cassação entendeu? Eu tava trabalhando aqui numa lojinha aqui na Rua do Matoso, clandestino e eu pedi ao... O dono lá era o um judeu libanês. E eu que tinha... na Bahia. Um primo meu que era delegado federal lá. Uma identidade, uma carteira de trabalho e uma carteira de motorista. E o meu primo lá... O primo do meu pai me arranjou tudo isso e o marido de uma prima minha que era engenheiro e tinha uma companhia de construtora lá assinou a minha carteira, porque se você andasse com carteira sem assinar, você fosse pego na rua, você era lido a vadiagem. Você ia recolhido pra fazer folha corrida ou você voltar pra cadeia de novo. Ia pra ilha grande. Então tinha essa documentação. Então eu trabalhava lá no seu Amir. A minha carteira venceu. E isso foi lá por volta de setenta, setenta e um quando o envolvimento da luta armada já tava mais ou menos, em tese, numa desagregação. Então eu peguei... Como eu tinha um filho eu me segurei um pouco e fui trabalhar pra sobreviver ali, né? E ali o judeu lá gostava muito de mim e tal e ele tinha um sobrinho dele. Aquele judeu era velho. Sobrinho que era delegado federal. Da polícia federal e pediu a ele se ele conseguia é reavivar... Revalidar a minha carteira de motorista e me arranjar um atestado de bons antecedentes ali que eu tinha feito um concurso e precisava de um atestado de bons antecedentes. Eu me lembro. O nome dele era Doutor Jacob Belisquier [Dúvida se é essa palavra – Conferir 0:25:06.3]. Aí ele chegou no outro dia. Ele falou... E me chamou lá e falou: “Olha meu filho. Não possa nada. Estou falado isso com você, porque você é funcionário e meu tio gosta muito de você. Mas se você não fosse... Ia preso agora. Você estará com ordem de captura em lá. Sem renúncia. Você tem que encontrar. Você na rua você tem que ser recolhido pra cumprir sua pena.”. Eu fui condenado a cinco anos e três meses em 65, né? Então e eu digo: “Puxa vida. Eu não podia...”. Aí eu comecei, o que que eu fiz? Eu conheci um amigo



que eu tinha no DETRAN e foi inclusive quem conseguiu uma casa que o meu pai comprou aqui, quando viemos pra cá da Bahia em 1961. Ele tava aposentado. Ele: “Rapaz. Eu preciso trabalhar.”. Eu não pude mais ficar lá. Fiquei com receio e arranjei um emprego de caixeiro viajante. Lá eu ia me [Inaudível – 0:26:05.0] A ficar é sem ponto de parada, né? Viajava a semana inteira pro Espírito Santo. Zona da Mata de Minas, por aí. E esse cara do DETRAN me arranjou um bloco... Um bloco do DETRAN que era aquele bloco aonde tinha a apreensão de documentos que estava vencido para você com aquele documento, você ter o direito de dirigir até receber a carteira definitiva. Tá entendendo, né?

Matheus Vitorino Machado: To.

Paulo Novaes Coutinho: E tá... Ele pegou um bloco que tinha algum com irregularizado em questão. Um numerizinho mal feito eles pegavam aquele e tiravam. Ele me deu um bloco daquele assinou e carimbou e me deu. E todo mês eu tirava, datava. E aquilo. Quando dava eu pegava e calhava de parar eu mostrava. “Ah. Já tá. O senhor tá regularizando documento.”. “Exatamente.”. Eu passei trabalhando quase dez anos com esse documento aí. Com esse talãozinho. Aí chegou em 78 e eu requeri a prescrição da minha pena através do Doutor Sobral Pinto. Doutor Sobral Pinto, foi quem requiriu a prescrição da minha pena.

Matheus Vitorino Machado: Aham.

Paulo Novaes Coutinho: E aí foi deferido favoravelmente, né? Aí eu não podia mais ser preso pelo que eu... Pela minha participação do sindicato em 64. E na clandestinidade eu não tinha mais... Eu não fui mais preso. Tive alguns amigos que morreram em operações lá em vários lugares, né? Eu não cai mais. Ficou [Inaudível – 0:27:37.5]...

Matheus Vitorino Machado: E o senhor entrou...



Paulo Novaes Coutinho: Ficou no...

Matheus Vitorino Machado: Me desculpe. Pode continuar. Pode continuar.

Paulo Novaes Coutinho: E aí eu continuei a minha vida, já tinha um filho... Já tinha dois filhos. Eu... Eu já tinha dois filhos. Um casal de filhos. A outra filha minha nasceu em 1979 e eu já estava financeiramente mais ou menos um pouco equilibrado e eu fui vivendo a minha vida. Montamos aí a partir de 77, nós havíamos lutando pela anistia. Daquele Movimento Feminino pela Anistia. Depois fizemos uma viagem a Brasília depois que saiu a lei 6683/1979. Foi dia vinte e sete de agosto de 1979. Fomos a Brasília no ônibus. Visitar o Ministro Sepúlveda Pertence. E porque fazíamos requerimento pra Marinha, e a Marinha indeferiu o requerimento dizendo que... Eles indeferiram por falta de amparo legal. Que era mentira. Nós temos amparo legal, que nós tínhamos punidos com base no Ato Institucional. Aí o ministro falou que nós tínhamos direito, mas que já não tínhamos força política para impor esse direito. Aí nos criamos em 83 a nossa associação que a princípio se chama: União dos Militares Não Anistiados. E aí fizemos várias viagens a Brasília. É... Com um desses ônibus piratas. Né? Íamos pra Brasília. Dormíamos no chão. Naqueles gramados que tinha ali e aí durante o dia íamos pro Congresso Nacional batalhar nos gabinetes dos deputados, senadores. E chegou a emenda 26/85 nós estávamos lá tentando colocar e também começamos a entrar na justiça, né? E na emenda vinte e seis. O Ulisses Guimarães não quis receber a gente. Nós fizemos uma greve de fome dentro do Congresso Nacional no salão verde. Passamos dois dias e meio em greve de fome lá.

Matheus Vitorino Machado: Entendi.

Paulo Novaes Coutinho: Na Veja. A capa da Veja: “Militares vão fechar o congresso nacional.”. Ameaça. Aquela coisa toda. Foi uma crise tremendamente forte. O fato é que nós começamos a entrar na justiça e os processos com base na documentação que a gente já tinha nós começamos a ganhar na justiça a anistia. Fomos lá e... Aquela luta pela anistia. Várias vezes a Brasília. Continua aquela luta. E aí manda a 26/85 ela foi colocada no ato das disposições constitucionais transitórias da constituição de 88. De cinco de outubro de 88. E ali



nós começamos a ganhar. Quem tem... Fazia foi beneficiado. Eu fui anistiado em abril de 79. Eu fui pra reserva remunera em abril de 79.

Matheus Vitorino Machado: Entrando via justiça?

Paulo Novaes Coutinho: A via justiça.

Matheus Vitorino Machado: Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Nós continuamos lutando, porque a luta na justiça é muito demorada. Dura dez anos. Já tem até vinte. Tem gente que durou mais do que isso. E aí nós começando lutando para conseguir uma anistia de forma administrativa. Que via administrativa diretamente com a Marinha não havia possibilidade.

Matheus Vitorino Machado: Uhum.

Paulo Novaes Coutinho: Então assim os que conseguiram uma PEC. Um Projeto de Emenda Constitucional. E essa PEC fosse transformada em lei. E aí no governo Fernando Henrique, 98/99 foi um... Assinou a PEC 21/51. Ali vários juristas foram indicados. Sigmaringa Seixas e outros... Votou Marcio Gomes. E nós fomos pra lá pra trabalhar com esses juristas. Trabalhar a composição desse Projeto de Emenda Constitucional. E até um fato do Doutor Marcio Gomes que era baiano meu conterrâneo ele falou: “Olha. Eu acertei. Eu to câncer. Eu aceitei vim participar, porque eu não queria terminar a minha sem... Com essa canetada a favor daqueles fuzileiros que depuseram as armas no Sindicato dos Metalúrgicos.”. Então conversamos ali. Ele me deu abraço aquela coisa toda e saiu a PEC. A PEC foi pra ocupar o congresso pra relatoria do Senador é Renan Calheiros. E bateu lá... Nós íamos pra lá sempre... ao setor jurídico do gabinete do Senador. É o Doutor Marcelo Normando. E botou Marcelo Normando vinha aqui no Rio de Janeiro. Nós íamos a Brasília. Visitamos no ABI. No Sindicato da Sindipetro.



Ele queria pesquisar o direito dos trabalhadores que a anistia não era só de militares. A anistia era da sociedade como um todo. E eu... Nós trabalhando a mente dele. Fato é que saiu a Lei 1559 que foi aprovada em 2002. Que é uma lei tremendamente abrangente. A lei de anistia mais abrangente da nossa história e pela primeira vez, praças da Marinha que tínhamos... Tínhamos direito a anistia. Foi uma coisa muito importante.

Matheus Vitorino Machado: Nesse sentido, seu Coutinho, como é que a associação, a UMNA ela avaliava a lei de 79 nesse período pós-lei de 79? Constituinte? Depois... É essa luta que o senhor descreveu pela Comissão da Anistia. Como é que vocês avaliavam?

Paulo Novaes Coutinho: A UMNA. A UMNA... A UMNA nós te... Era todos unidos. A UMNA era a entidade que congregava as nossas lutas. E as nossas lutas. A vida... Abravinda... As idas ao Congresso Nacional. Todas as lutas eram coordenadas pela diretoria da UMNA. Eu fui presidente da UNA duas vezes. Eu fui vice duas vezes também. Fui diretor de relações públicas na época da negociação da PEC 21/51. Eu era da relações públicas. Eu era que negociava em Brasília lá.

Matheus Vitorino Machado: E como que vocês avaliavam a lei de 79? Como é... Qual era a opinião de vocês tinham do...

Paulo Novaes Coutinho: A 6683/79. A 66683 de 79 era uma lei que foi uma lei fruto, claro, das pressões da sociedade pela anistia. De ter começado lá com o Movimento Feminino pela Anistia e também em função daquela derrota fragorosa que o governo teve nas eleições de 74. Que o PMDB fez 16 governadores e elegeu X... Eu não lembro agora da quantidade de senadores e deputados. E que o... O ditador de plantão foi obrigado a nomear aqueles senadores biônicos pra não ficarem em minoria fragorosa no congresso e no senado. Então. Aí... Dali a entidade espera... Ali criamos a unidade... União dos Militares Não Anistiados e participamos do projeto da anistia, né? A emenda 26 de 85 era uma emenda pra ser cortada na constituição de 88 e a UMNA sempre afirmando. Todos nós íamos pra Brasília pela UMNA. É a UMNA



que organizava as nossas idas a Brasília. A entidade estava no controle de tudo né? Dos manifestos e tal. Todos os jornais. E tinha um estudo. Então agora o teor da Lei 6683/79 como foi uma lei que o governo da ditadura... O último Governo Figueiredo foi obrigado pela pressão social a dar e a ditadura aquela época já estava demonstrando a sua incapacidade de dirigir o Brasil. Foi uma lei, mas que eles tiveram capacidade de colocar na letra da lei, aquelas jabuticabas como a anistia recíproca, né?

Matheus Vitorino Machado: Pois é.

Paulo Novaes Coutinho: Que anistiava os anistiados que tinham sido torturados e sofrido e também anistiavam os torturadores. Né? Entendeu? Isso aí a gente não podia... Nós queríamos uma anistia que nos tirasse daquela situação de clandestinidade. Tá entendendo, né?

Matheus Vitorino Machado: Sim.

Paulo Novaes Coutinho: Então a gente não tinha não... A gente não tinha não só consciência como não tínhamos força para impor uma letra da lei que nos anistiasse e nem imaginamos a época que os torturadores iriam ser anistiados pela aquela mesma lei. Que é um absurdo. Uma excrecência né? Tá entendendo?

Matheus Vitorino Machado: Uhum.

Paulo Novaes Coutinho: Isso... E tem vezes que eu fiquei com receio de conviver com isso. Estamos convivendo com isso até hoje. Quando se...

Matheus Vitorino Machado: Quando se...



Paulo Novaes Coutinho: Só na Lei 1559 que nos conseguimos lá pela PEC 2151 de 99 aí eu falei: “Os torturadores ali não entram de maneira nenhuma.”.

Matheus Vitorino Machado: Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Os torturadores só entraram na primeira lei de anistia de 79. E mesmo assim é contestado. Contestável. Se você acionar o Tribunal de Haia é você pode contestar, porque a tortura é um crime imprescritível e inafiançável.

Matheus Vitorino Machado: Hum.

Paulo Novaes Coutinho: Não cabe anistia pra esses dois tipos de crime e crime lesa a humanidade. Mas aqui eles continuam fazendo o que estão fazendo ainda hoje com esse desgoverno.

Matheus Vitorino Machado: Eu tava pesquisando senhor Coutinho o... Tava lendo jornais do período. Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil.

Paulo Novaes Coutinho: Sim.

Matheus Vitorino Machado: E aí uma passagem me chamou atenção. O senhor acabou me lembrando dela. Quando vocês foram provocados que vocês não tinham força política, e acabou me lembrando que em algum momento se forma a Federação das Associações em Defesa da Anistia. FADA, né? E que a UMNA fazia parte. Como é que se resul... Como é que ficou esse o processo de formar da federação?

Paulo Novaes Coutinho: A federação nós nos reunimos em Brasília. Normalmente iam metalúrgicos, petroleiros e tal de São Paulo, Rio de Janeiro. Todos lá da Bahia. Então foi



formada aquela federação pra que tivesse maior coesão. Coesão a essas entidades. Mas essas entidades, as reuniões eram muito esporádicas.

Matheus Vitorino Machado: Ah sim.

Paulo Novaes Coutinho: As reuniões já conheciam... Aconteciam quase sempre. É quando nós estávamos em Brasília pra fazer alguma pressão maior, porque dificilmente, poucas vezes, se reuniram assim em estado. Até os do Rio de Janeiro, por ser mais importante que São Paulo, as associações, algumas iam pra lá e se discutiam formas, estratégias de se pressionar de forma mais eficiente. Mas a princípio, no começo, existia uma grande restrição dos metalúrgicos, dos petroleiros contra o Pedro DuBois [Dúvida se é essa palavra – Conferir 0:38:12.4] que era dos militares. Então é... A UMNA teve uma atuação muito grande pra... De desmistificar esse tipo de preconceito. Que uma vez eu estava participando da mesa no plenário lá em Brasília e tinha o sargentos que estavam pleiteando só anis... Aumento das promoções... Melhoria das promoções pra eles. Não falavam... Não queriam se unir a luta dos trabalhadores em geral. Então eu pedi a palavra e falei: “Olha. Nós somos fuzileiros navais, marinheiros. A nossa preocupação maior com o conjunto das associações de anistia são com os companheiros trabalhadores civis, petroleiros, comerciantes, comerciários e eletricitários, porque as forças armadas têm seus arquivos. As empresas estatais têm seus arquivos. Agora uma padaria, uma serralheria, nada disso tem arquivo.”

Matheus Vitorino Machado: É.

Paulo Novaes Coutinho: “Uma metalúrgica pequena não tem arquivo. Entendeu? Então os companheiros trabalhadores civis vão ser os mais prejudicados na hora de tentarem justificara a força de seus pleitos. Então a nossa preocupação é essa. Nós queremos lutar ombreado com os trabalhadores. Nós não queremos aqui anistia pra [Inaudível – 0:39:34.0]. Nós queremos anistia pra os militares e todos os trabalhadores que como nós sofremos as pressões e as torturas da ditadura militar.”. A partir daquele momento, nós passamos a ter a ojeriza de alguns



sargentos e oficiais que não achava que nós estávamos certos. Que achava que ia ser muita gente. E que o orçamento do país conforme Fernando Henrique falava: “Não tinha dinheiro pra pagar tantas anistias.”. Aquele problema: Farinha pouca, meu pirão primeiro, né?

Matheus Vitorino Machado: Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Mas o fato é que nós fincamos pé e a partir dali a luta pela anistia se deslanchou. A união entre civis e militares se unificou. E nós passamos a ter uma força muito mais abrangente e caminhamos. Ainda hoje tem petroleiro aí que são muitos companheiros meus. Muito amigos mesmo. E tinha uma consideração muito grande em função daquela falação que eu fiz naquela época. Então é isso aí. Tamos aí.

Matheus Vitorino Machado: Em relação a UMNA que o senhor presidiu? Que o senhor compôs?

Paulo Novaes Coutinho: Sim.

Matheus Vitorino Machado: É que o senhor compõe, né, até hoje. Qual que era...

Paulo Novaes Coutinho: Hoje. Não. Inclusive lá... Dessa sede... Você conhece a nova sede da UMNA?

Matheus Vitorino Machado: Sim. Eu estive com vocês numa reunião que aconteceu com...

Paulo Novaes Coutinho: Aquilo ali. Aquilo ali foi comprado na [Inaudível – 0:40:51.5]. Porque aquelas duas salas lá [Inaudível – 0:40:52.3]... Na escritura da aquisição tá o meu nome lá como assinante [Inaudível – 0:40:57.4].



Matheus Vitorino Machado: Qual que eram as demandas específicas de vocês? Pensando claro... Pensando nessas relações que vocês tinham com as outras associações? Mas quais que eram as demandas que vocês traziam prioritariamente?

Paulo Novaes Coutinho: Tá. A nossa... Quando nós compramos aquela sede... Um ponto político muito importante ali, nós pensávamos em transformar aquilo ali numa fundação. Fundação João Cândido do... Uma instituição que perenizasse a imagem do... Do grande Almirante veio da revolta da chibata que era o nosso Almirante que estava lá em 64 no sindicato dos metalúrgicos. Aquela data lá do dia vinte e cinco, com oitenta e quatro anos de idade. Ele estava lá conosco o João Cândido. Eu conheci João Cândido lá. Então a nossa idéia era transformar aquilo num instituto ou numa Fundação João Cândido. Mas uma coisa é a gente querer fazer. Pensar em fazer e ainda estarmos dispostos a fazer. Mas nós todos estamos velhos. Estamos velhos. E todos ainda trabalhamos. Ainda trabalho até hoje. Eu sou viajante até hoje. E nós não nos dispúnhamos nem de tempo, no meu caso. Nem de tempo. E eu perdi meu Vice-Presidente que era o senhor Benedito Gomes da Silva. Um grande companheiro do Partido Comunista. Meu companheiro. Estudou na Universidade Patrice Lumumba. Trabalhou onze anos em Moçambique. Era o meu... Era os meus dois braços que viajava. Ele ficava lá em Buenos Aires. E qualquer coisa ele me informava. E eu dava tesoura e sacramentava. E nós trabalhamos juntos. Muito ligado ao Prestes a Anita Leocádia a gente. Ele principalmente, porque era um velho é combatente comunista, né? E nós queríamos transformar aquilo ali numa coisa que perenizasse a história da marujada. Inclusive, estamos dispostos a isso. Diga. Se você conhecer algum professor de história. Algum antropólogo. Algum professor de qualquer coisa que tenha habilidade. Tem interesse de participar, temos ali duas salas. Temos auditório pra cinquenta pessoas ali. E estamos propensos a fazer, com certeza. Temos que... O que... O que precisamos sim. Porque estamos morrendo. Já estamos morrendo aos... Muitas pessoas. Oito, dez, todo ano. E gente... Nós precisamos dar um seguimento aquilo ali que é fruto de toda a nossa luta e de todas as nossas conquistas a duras penas conquistadas, né? Nós precisamos fazer isso. Agora, nós sentimos assim meio que é sem forças para enfrentar isso aí. Essa que é a verdade.



Matheus Vitorino Machado: Eu acho que boa parte da entrevista também serve muito a isso. Não só a mim, mas outras pessoas poderem conhecer um pouco mais a luta de vocês. Esse processo histórico tão longo, tão rico que eu acho que infelizmente é tão desconhecido do... Com...

Paulo Novaes Coutinho: Eu tenho... Tenho... Eu tenho a minha participação no movimento clandestino e eu não quero falar assim, porque sabe? Hoje nós estamos vivendo uma época muito terrorista por dizer assim, né? A gente não sabe o que que vai acontecer daqui a pouco. Porque você sabe, não só o Brasil, mas a América latina nos últimos vinte anos ela têm sofrido é nitidamente uma revolução híbrida. Uma revolução híbrida... É um tipo de guerra híbrida dos Estados Unidos pra submeter todos os nossos países. Porque nos golpes de 64. O golpe de 64 no Brasil foi o primeiro. Que foi coordenado pelo embaixador Lincoln Gordon. Eles implantaram. Vinte e um ano depois cai a ditadura aqui por incompetência e subsaliente, mas depois que entrou o governo Lula eles abriram os olhos, porque o governo do Lula peitou os Estados Unidos. Não aceito o NAFTA. Saiu. Tangenciou o Castilho. O Brasil bombou e elevou o padrão de vida do nosso país. Eles não iam aceitar mais de nenhuma maneira nenhuma outra coincidência dessa linha aí e começou aquela guerra híbrida de desinformação, de tudo mais e que desaguou nessa vitória desse terrorista que está aí. Né? Então isso aí faz parte de uma guerra híbrida. Todo um processo e com a mídia monopolista aqui trabalhando, colocando com essa Lava Jato. Tudo isso fez parte do processo nessa guerra híbrida para desestabilizar o trabalho do PT. A exponência que o Brasil ganhou. A fiação do BRICS que o Brasil foi também. Tem uma participação expondente lá. A importância do Brasil em combate as desigualdades, no combate a ter... A retirada do Brasil do mapa da fome, criação de vinte e dois milhões em estudos. Tudo em educação. Tudo que nós vimos durante os anos do PT, que o Brasil nunca tinha alcançado esse patamar. Isso aí fez com que os Estados Unidos visse que não podia continuar de maneira nenhuma. Que o Brasil, coincidência a metade da América Latina. Então eles fizeram isto aí. Isso aí está em processo. Agora vem esse debate pra depois do golpe e a recessão está tremendamente agravada. Né? É com a retirada de todos aqueles



estudantes que o Lula e o Dilma haviam fazendo... O Temer a primeira coisa que fez, foi congelar trinta anos de investimento de saúde e educação, e achatamento dos salários e precarização do emprego. E aí o desemprego... Eu sou representante comercial e as minhas vendas em três anos pra cá chegaram no chão. Se eu não fosse aposentado não tava conseguindo sobreviver. Então aí... Foi essa guerra aí como eles tão querendo fazer essa guerra agora contra Venezuela. Eles estão perdendo a guerra econômica conta a China e estão querendo se apropriar dos duzentos e noventa e sete bilhões de petróleo da Venezuela. Eles estão querendo se apropriar da riqueza. Só que não vão conseguir, porque desde 2000 quando o Chávez entrou. China e Rússia também por questões geopolíticas se instalaram lá pra apoiar o Chávez na exploração de petróleo, das pedras preciosas. Incrementar lá a agricultura. E eles têm interesses muito fortes lá na Venezuela. Na questão até de armas e tal, mas vigiando a Venezuela. Acho que a Rússia colocou a fábrica de explosivos da Kalashnikov lá. E eles não vão tomar. Quer dizer. Ontem... Ontem foi lá reprimido e destruíram lá um grupo de mercenários tentando prender o Chávez pra levar pros EUA. É ver... Tão lá. Nós estamos atravessando uma fase conturbada demais ali nos bastidores. Só que a mídia daqui não relata nada disso. Então é isso. A fase que nos estamos atravessando aqui. Então eu não gosto muito de falar sobre detalhes, porque a gente não sabe o que que pode acontecer a curto prazo.

Matheus Vitorino Machado: Não. Sem problema nenhum.

Paulo Novaes Coutinho: Entendeu? É isso aí.

Matheus Vitorino Machado: Não. Claro. O... Você tinha comentado uma coisa aqui que eu considero muito interessante, você falou da atuação de vocês.

Paulo Novaes Coutinho: Sim.



Matheus Vitorino Machado: Pra fundamentar a lei que estabeleceu a Comissão da Anistia. Eu havia pesquisado tipo que a Comissão da Anistia ela surge como uma medida provisória e depois ela se torna lei, né? A 10559?

Paulo Novaes Coutinho: 10559.

Matheus Vitorino Machado: Exatamente. É vocês atuaram também pra transformar ela também em Lei de Medida Provisória também?

Paulo Novaes Coutinho: Claro.

Matheus Vitorino Machado: Foi a mesma...

Paulo Novaes Coutinho: Aquela citação que me refiro... Não era toda... A PEC foi o Senador Renan Calheiros. Depois que foi confeccionada a lei. Essa lei... Que a PEC se transformou na Lei 10559 e foi votada e aprovada no Congresso Nacional. Quer dizer, eu falei 10559. Ela foi à sentença da PEC 2151 que foi transformada na Lei número 10559 de seis de novembro de 2002.

Matheus Vitorino Machado: E como é que se desenrolou essa relação que vocês tinham com os atores políticos? Não só o Renan Calheiros, mas os outros? Era tranquilo? Era uma relação...

Paulo Novaes Coutinho: Tranquilo. Nós tínhamos um apoio lá dos votos. Aquele Senador... Até o... Até o... Teve uma Comissão Especial lá. É um fato que agora eu me recordo. Isso foi... Ah. Vinha uma PEC que os sargentos estavam tramitando lá com o Deputado Zaire Rezende do PMDB de Minas Gerais. Foi em 84/85 e nós soubermos dessa PEC. Fomos a Brasília e conseguimos uma cópia dessa PEC. Eram aqueles sargentos que não queriam a luta a junto com os trabalhadores. Eles tavam fazendo essa PEC. Conseguiram esse deputado pra fazer essa



PEC. E essa PEC é de... Que queria só as promoções dos Sargentos das forças armadas. Não tocava em marinheiro e Fuzileiro Naval. Então nós descobrimos essa PEC, aí nos fomos pra Brasília. Dois ônibus. E começamos a fazer o trabalho. Fomos lá no escritório do Jairo Rezende. Um deputado simpático. Conversamos com ele e tal e coisa. Aí ele falou: "Mas não sabia... Nós não sabíamos nada disso. Não temos informações a respeito de que os senhores não têm direito a nenhuma anistia." Nós levamos as nossas condenações. Eu levei a ata da segunda auditoria da Marinha que eu tenho aqui em casa, na qual nós somos condenados a mil trezentos e vinte anos de prisão. Os sargentos não foram condenados a nada.

Matheus Vitorino Machado: Entendi.

Paulo Novaes Coutinho: E, na verdade... "Olha aqui. Não temos nenhum direito a anistia. Eles tão pleiteado a promoção e nos deixando de fora.". Aí começamos a participar. Aí foi feito... Foi instalado uma Comissão Especial para essa... Para nos inserir naquele contexto. Na Comissão Especial eu era Presidente da UMNA. Eu fui lá levei a lei. Levei a ata da... E o presidente da comissão era o Deputado Ary Kara lá do PMDB do interior de São Paulo e o relator era o Deputado Darcy Peri [Dúvida se é essa palavra – Conferir 0:51:21.6] do PSL de Tocantins. E por coincidência era também juiz federal aposentado. Eu fui lá ele me arguiu. Foi em setembro. Dezoito de setembro de... Aí. A data agora. 97. 98 por aí. Ele me arguiu e eu mostrei. Perguntou como era a vida e como era aquela questão política. 62, 63, 64. Isso você me pediu pra fazer. Só que eu fiz com mais detalhes que eu tava ali sendo arguido pelo relator de uma comissão que iria interferir na letra da PEC. Como ela ia ser feita substitutivo daquela PEC que eles tavam trabalhando nela e que não nos colocavam dentro. Então eu... Me perguntou tudo. Ele pediu a lei. Ele viu. Falei tudo que devia falar pra ele. E os sargentos estavam lá. Os sargentos estavam lá e ficaram se remoendo por dentro, né? Aí oito dias depois foi convocado o Ministro da Marinha. Mario Cesar Flores. E ele foi lá e voltamos pra Brasília novamente. Lá no meio do plenário. E estávamos lá. Tudo cheio. Plenário cheio. Ministro chegou fardado com mais uns quatro oficiais. Capitão de mar e guerra fardado, setor. E o... Relator... O presidente agradeceu a intimação feita pela Comissão. Comparecimento... Aquela



coisa... Aquelas coisas de praxe, né? E o relator perguntou: “Po. Senhor ministro. Nós queríamos saber qual foi a postura da Marinha nas punições dos marinheiros em 1964?”. E aí ele respondeu: “Bom. A rigor o que eu quero afirmar, é que não houveram punições na Marinha para marujada e fuzileiros em 64. O que houve foi simplesmente um decisão administrativa de excluir elementos que se mostraram inconvenientes e incompatíveis com a vida na caserna.”. Aí o Doutor Darci Pedro Gon... “O Ministro. Semana passada esteve aqui o senhor Paulo Vaz Coutinho Fuzileiro Naval, presidente da UMNA e aqui... Ele deixou aqui na nossa mão a ata da primeira auditoria da Marinha onde duzentos e setenta e três homens foram condenados a mil trezentos e vinte anos de prisão. Ao seu alvitre, isso aí não é considerado uma punição?”. Aí ele caiu dos quartos. “Bom. Realmente houveram alguns casos e tal...”. Aí começou a querer identificar. Mas eu era primeiro tenente na época e nós tínhamos medo de que se a revolução não triunfasse, nós seríamos assassinados nos quartéis.”. Aí ele partiu pra aquele terrorismo né? O fato é que essa PEC vinte... Essa PEC que eu me esqueço o nome agora. Esqueço o número agora, é uma PEC do Deputado Jairo Rezende. Essa PEC saiu colocando pela primeira vez a marujada na letra da PEC. Tá certo? Um projeto de Emenda Constitucional. Só que fomos pra Brasília pra tentar apoiar essa PEC, mas tava muito difícil e não conseguimos adentrar. Não conseguimos, porque eles faziam injeção de pautas, colocava nossa PEC pra ser jogada no final do expediente onde não tinha mais quase ninguém. E nós decidimos cancelar. Deixar lá na geladeira. E partimos pra conseguir uma PEC na qual a gente conseguisse é uma equipe de juristas como conseguimos de fato e que foi transformada essa PEC 2151 na lei 10559 com todas aquelas lutas de um milhão das associações de militares, civis. A união depois da marujada, com civis, com os metalúrgicos, tudo mais e desaguamos na lei 10559.

Matheus Vitorino Machado: E quais eram as principais associações que tavam junto com vocês naquele momento?

Paulo Novaes Coutinho: Olha. Era a Conape. Era ABRAP. ABRAP aqui... ABRAP que o... A Conape, inclusive, era dois andares acima da nossa associação ali na Treze de Maio. ABRAP. Tinha uma ABRAP aqui do Rio de Janeiro. Tinha... Conape... ABRAP... Tinha várias



associações de petroleiros. Tinha duas em Caxias. Que eu não me lembro do nome agora. E que é do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os Correios. Tinha várias associações. Eu não me lembro agora das denominações de todas elas. O Grupo Tortura Nunca Mais que estava nos apoiando e que sempre nos apoiou. Todos esses... Essas instituições de combate nacionalista nos apoiavam. Na ABI o Barbosa Lima Sobrinho sempre apoiou o movimento dos marinheiros e dos petroleiros. Fizemos várias reuniões memoráveis lá na Associação Brasileira de Imprensa. Certo?

Matheus Vitorino Machado: Uhum.

Paulo Novaes Coutinho: Então tinha... Ascape... Faz um... Rapaz eu me lembro. Eu não me lembro da todos os homens agora. Não me acorre agora que agora que eu to velho, tipo 65 anos. Eu não me lembro de todos os nomes agora.

Matheus Vitorino Machado: Não. Eles são todas associações. Eu pesquisando mesmo e você quando tem que...

Paulo Novaes Coutinho: São várias. Agora tem uma associação aí. Que pode ouvir falar. Esses cabos da FAB esses caras não têm direito a anistia. Esse... Esse... Tiveram alguns cabos da FAB que participaram de uma... Do início da criação de uma associação que se chamava ACAFAB. Que, inclusive, começou tomado como experiência a associação de marin... De fuzi... A marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. Então tem umas doze ou treze cabos da FAB que tem direito a anistia, porque eles foram presos e foram processados. Mas os cabos da FAB e adentraram a Aeronáutica a partir da portaria 1104 de dez de outubro de 1964 eles não têm direito a anistia. Por quê? Eles adentraram a FAB com o conhecimento prévio da portaria 1140 que determinava na sua letra que eles iam servir durante oito anos e que após o oitavo ano seria dado baixa. É como se ele fizesse ali regularizando a vida militar deles. Entendeu? Né?

Matheus Vitorino Machado: Certo.



Paulo Novaes Coutinho: E durante aquele tempo ele fizesse curso pra sargento. Aí ele fazia carreira normalmente, mas se durante aquele tempo não passasse de cabo ele teria dado baixa. Mas eles conseguiram se aproximar lá da Comissão de Anistia do Doutor Jose Paulino. Foi o segundo presidente da Comissão de Anistia. Primeiro presidente foi o Doutor Petrônio Calmon. Inclusive, o requerimento de anistia foi feito no escritório da ONU aqui do Rio. Com o Doutor Petrônio Calmon da Organização da Comissão de Anistia. Da efetividade... O requerimento, dos requerimentos dos pretensos anistiados. Ele falou que não precisava advogado. Que a anistia era uma anistia política. Não tinha que pagar nada pro advogado. Mas o problema é que os requerimentos vinham de forma inconveniente pra que os conselheiros pudessem analisar e fundamentar a sua decisão. Então nós fizemos... O Doutor Gerson Lucchesi que era nosso advogado na época. Preenchemos o requerimento. Levamos pra Brasília, aquele requerimento foi aprovado. Aquele... Aquele ali passou a ser um requerimento. Um padrão pra fazer as requisições para a Comissão de Anistia. Saiu Doutor Petrônio Calmon e entrou Doutor José Paulino.

Matheus Vitorino Machado: Uhum.

Paulo Novaes Coutinho: Doutor José Paulino é Procurador Geral da República. Em determinado momento, como era muito cabo da FAB. Eram milhares po. E então começaram. E acho que ele abriu o olho. Ele cresceu o olho. E tinha três cabos da FAB que eram advogados. Eram dois de Brasília e um do Recife. E ele fez um enunciado de quarenta e oito páginas. É e nesse enunciado ele deixa assim nas entrelinhas que como a Portaria 1104 foi implementada pelo regime de exceção, quer dizer, pela ditadura militar, já em outubro de 64. Como era um... Era um ato de exceção. E como um ato de exceção, ela se pautava o que determinava a lei 6286 de 79 que punia punidos por ato de exceção institucionais e complementários. Ele foi necessário ao tabelar e começou a anistiar gente que não tinha direito.

Matheus Vitorino Machado: Uhum.



Paulo Novaes Coutinho: E lei de anistia de... Agora essa de 2002, diz um seguinte: “É concedido anistia a todos aqueles que foram punidos por motivação exclusivamente política.”. E se você não foi punido, você não tem direito po.

Matheus Vitorino Machado: Entendo.

Paulo Novaes Coutinho: Você tá entendendo? Esse é o problema. Então é isso aí. Ti... Isso aí... Tinha... Tem umas associações aqui. ACAFAB. Um monte de associação. AMAFABRA. É a associação desses cabos da FAB e eles não têm direito a anistia, mas conseguiram. O Doutor José Paulino liberou muitas portarias e anistiou, mas que agora é nesse alinhamento dos processos eles tão vendo que foi feito muita coisa, inclusive, é por isso que o supremo aprovou a revisão dessas anistias, porque foram anistias concedidas indevidamente. A princípio agora... Só pegando... “Ah. Mas já passou a... Não pode ter mais decadência, porque passaram cinco anos não pode ter decadência.”. Poxa. Imagina se não é decadência ter ação ilegal, que concedeu um direito inexistente.

Matheus Vitorino Machado: Aproveitando aí que o senhor o primeiro e o segundo presidente da Comissão de Anistia, qual é a sua avaliação, por exemplo, da questão que o Paulo Abrão fez durante o período do...

Paulo Novaes Coutinho: Paulo Abrahão. O Paulo Abrão é um bom período. Ele tem o nome muito capacitado. Eu conheci o Paulo Abrão. Um grande jovem, alto, magro. Entendeu? É um bom... É um grande jurista e ele tem um trabalho muito bom, mas o problema é um seguinte que os militares eles foram se acercando cada vez mais no Ministério da Defesa. Foi se acercando cada vez mais de Comissão da Anistia, porque eles queriam vetar promoções do... Eles queriam restringir copiamente à promoção de [Áudio embaralhado: 1:02:18.6 – 1:02:24.9]



Matheus Vitorino Machado: Seu Coutinho. É o seu áudio tá embaralhando muito. Eu não sei o que que aconteceu.

Paulo Novaes Coutinho: Marinha pra ser soldado e pra ser cabo. Então não vai nem fazer carreira. Então o [Áudio embaralhado – 1:02:30.6] começou a cortar...

Matheus Vitorino Machado: Seu Coutinho. Peço desculpas. O seu áudio por alguma razão embaralhou muito, o senhor poderia repetir o que o você disse? Alô?

[Fim do áudio 1]

[Áudio 2]

Paulo Novaes Coutinho: Oi meu amigo.

Matheus Vitorino Machado: Oi Coutinho. Acabou que acho que a ligação embaralhou e de repente ela caiu. E acabei não escutando o que você falou sobre a gestão do Paulo Abrahão.

Paulo Novaes Coutinho: Paulo Abrahão.

Matheus Vitorino MACHADO: Você tava falando de uma certa aproximação dos militares pra Comissão da Anistia.

Paulo Novaes Coutinho: Bom. É. Os militares começaram a se aproximar, porque a Comissão de Anistia estava cumprindo a lei... A lei na sua letra. Comoção e [Inaudível – 0:00:56.0] conseguimos isso. Eles... Inclusive. Inclusive. Eles querem uma lei. Uma legislação quando houve aquela... O pagamento daqueles atrasados. Daqueles atrasados eles disseram que... Porque nós estávamos na... Isso foi eleição do Marcelo Levandoski. As pessoas que viraram



sargentos antes de 64 tinha o direito a ir oficial. Eles seguiram a associação. As associações militares decidiram isso. E que era cabo e soldado a só a Suboficial.

Matheus Vitorino Machado: Uhum.

Paulo Novaes Coutinho: : Só que isso violentava a lei, porque a lei não se referia ao posto ou graduação daquele pessoa. Eram servidores civis e militares, mas os sargentos conseguiram empurrar isso lá dentro. Então o que que ocorre? Nós conseguimos. Quem tá entrando na justiça fomos promovidos a suboficiais e conseguimos voltar na justiça e começamos já a conseguir com dado na lei. Na letra da lei, promoção de ir a Capitão de fragata, Capitão de mar e guerra. Então os sargentos que foram a capitão ficaram putos com isso. Acho que eles que é uma Lei 11374. Já foi uma lei que eles estavam lá juntos com o Ministério da Defesa, pra dizer que só iam receber os atrasados da comissão quem renunciasse aqueles processos que estavam no supremo. Aquilo ali já era uma aproximação dos militares da Comissão de Anistia pra tentar neutralizar o direito que nós estávamos exercendo de termos as promoções de acordo com a letra da lei.

Matheus Vitorino Machado: E essa lei ela é de que ano?

Paulo Novaes Coutinho: 2002.

Matheus Vitorino Machado: 2002.

Paulo Novaes Coutinho: É a 2559 de vinte seis de novembro de 2002.

Matheus Vitorino Machado: Não. Eu digo a... Essa posterior que você colocou sobre a sobre você não poder entrar com o pedido se...



Paulo Novaes Coutinho: A data... A data eu não tenho agora de cabeça. 11334. Mas eu posso ver e depois eu falo com você.

Matheus Vitorino Machado: Não. Sem problema.

Paulo Novaes Coutinho: Pode ligar pra Doutor... É até a lei do termo de adesão. Lei do termo de adesão. Se você no Google tem a lei que normatiza esse termo de adesão.

Matheus Vitorino Machado: Certo.

Paulo Novaes Coutinho: Aí se você entrar no Google. Você vai ver. Que você vai encontrar o que é aquela lei. Você pra receber um termo de adesão. Que os atrasados, você tinha que retirar da justiça o seu processo de reivindicação de graduações. Tá entendendo?

Matheus Vitorino Machado: Certo. To entendendo.

Paulo Novaes Coutinho: É isso aí.

Matheus Vitorino Machado: Perfeito, seu Coutinho.

Paulo Novaes Coutinho: Agora o Paulo Abrahão foi um grande presidente da Comissão. Um homem muito capaz, só que ele começou a dirigir os trabalhos lá quando os militares já estavam muito próximos de lá. Pra exercer essa lei pra tentar travar os direitos que nós tínhamos com base na letra da lei. E por aí foi.

Matheus Vitorino Machado: E como é que você avalia o atual momento da Comissão de Anistia?



Paulo Novaes Coutinho: O atual momento da Comissão de Anistia é difícil de avaliar. A Comissão de Anistia hoje do ponto de vista de reparação dos interesses de quem tem direito, ela não existe mais que tem até gente que prefaciou o livro do Brilhante Ustra lá. Que é o que o Exército faz. Tem cinco ou seis militares do Exército lá na comissão. Dali não sai nada ou quase nada.

Matheus Vitorino Machado: Entendo.

Paulo Novaes Coutinho: E isso tudo veio lá nomeado pelo de cima. Pelo poder executivo. Todo mundo tem carta marcada lá de dentro. É uma comissão hoje que não tem o menor interesse em conceder nada pra ninguém, principalmente os militares.

Matheus Vitorino Machado: Você acha que especialmente os militares não vão...

Paulo Novaes Coutinho: Eu acho muito difícil. Muito difícil. Inclusive, hoje cresceu muito poucos militares que estão requerendo anistia. O que existe mais ali é esse pessoal da FAB que não tem direito e continua insistindo e, mas é isso aí. Então hoje não tem a menor possibilidade. E esses caras da FAB não têm direito mesmo, porque eles não sofreram punições. Eles voltaram pra prestar os oitos anos de serviço e não sofreram punição. E a anistia. A lei de anistia não pode ser transformada num trem da alegria. De maneira nenhuma. Se não a instituição de anistia vai ser prejudicada. Agora com...

Matheus Vitorino Machado: Você acha então que essa foi um... Esse foi um aspecto talvez negativo da Comissão de Anistia ter anistiado grupos que não tem ou tinha, pela sua interpretação, direito?

Paulo Novaes Coutinho: Sim. Claro. Eu acho que sim. Principalmente por culpa do Doutor Jose Paulino. A maioria das portarias concedidas a essas pessoas que não tinha direito foi o



Doutor José Paulino quem concedeu. Agora interessante. Houveram desdobramentos e como o... O Estado evitou aquele enunciado do Doutor José Paulino, eu acho que em outras durações de anistia que eu não sei enumerar agora o nome, eu tenho que ver, foram conseguido... Consegundo mais portarias pra essas pessoas que adentraram a Aeronáutica com base na portaria 1104. Foram sendo concedidas mais anistias nesse sentido. E já existia aquele costume, aquela norma. Aquela coisa. Muitas concessões foram sendo conseguidos mais. Tá certo?

Matheus Vitorino Machado: Tá certo.

Paulo Novaes Coutinho: Mas se fosse continuar essas concessões daqui a pouco, todo mundo até quem sentou praça em 1990 tinha direito a anistia. Virou uma... A casa da mãe Joana.

Matheus Vitorino Machado: Entendo. Entendo a sua posição.

Paulo Novaes Coutinho: E não é por aí. Tá certo?

Matheus Vitorino Machado: Tá certo. Seu Coutinho uma outra coisa aqui tinha ficado. Uma curiosidade. Você... Quando você me apresentou a UMNA. Quando eu pude estar com vocês na reunião, você apresentou a comunidade de mobilização nacional, né, pela anistia.

Paulo Novaes Coutinho: Certo.

Matheus Vitorino Machado: E quando ela surgiu ela é Unidade... É União dos militares Não Anistiados?

Paulo Novaes Coutinho: União dos Militares Não Anistiados. Isso aí foi então conseguido como? Quando o nosso pessoal começou a ser anistiado pela justiça depois de 85, eles se afastaram da entidade. Quer dizer, foram anistiados pelas nossas lutas e começara por oportunismo a se afastar e dizerem que não eram mais civis, já eram anistiados. E se eles já



eram anistiados eles não podiam participar de uma Associação de Militares Não Anistiados. E foram se afastando. Então nós sentimos a necessidades de alterar o nome pra que não houvesse essa justificativa hipócrita.

Matheus Vitorino Machado: Entendo.

Paulo Novaes Coutinho: Unidade de mobilização nacional pela anistia.

Matheus Vitorino Machado: Isso ainda em 85?

Paulo Novaes Coutinho: É. Por aí. Isso é em 87 mais ou menos. Se eu não me engano.

Matheus Vitorino Machado: 87. Antes da Constituição ser promulgada?

Paulo Novaes Coutinho: É antes da Constituição ser promulgada.

Matheus Vitorino Machado: Ah. Certíssimo então. Então seu Coutinho eu acho que no final das contas a gente acabou esgotando as perguntas que eu tinha aqui pra você.

Paulo Novaes Coutinho: Sim. Sim.

Matheus Vitorino Machado: Eu te agradeço imensamente tá, porque eu acho que eu...

Paulo Novaes Coutinho: Ou talvez ainda podemos conversar depois assim. Quem sabe a gente vai falando daquele fio da meada e depois nós temos até... Uma proximidade de nos ouvir aí oportunamente depois que acabar esse... Essa quarentena braba.

Matheus Vitorino Machado: Ah não. Sem dúvida.



Paulo Novaes Coutinho: Que a gente não sabe como é que vamos ficar daqui pra frente né?

Matheus Vitorino Machado: Eu até queria saber se vocês... Na sede de vocês na UMNA, se vocês têm os boletins que vocês publicavam?

Paulo Novaes Coutinho: Nós... Lá nós tivemos jornal vários anos lá, mas hoje estamos sem informativo. Estamos sem este informativo. Estamos precisando fazer. Mas é aquilo que eu falei pra você. Nós precisamos de apoio. Nós precisamos de ajuda de pessoas que tenham capacidade pra implementar esse serviço internamente. A gente vai pagar pra fazer isso. Então vamos... Ninguém vai trabalhar de graça, de favor não. A gente vai fazer um esforço pra custear esse trabalho que é um trabalho. Que nós pagamos a nossa mensalidade e queremos que a coisa funcione pra deixar pra posteridade. Queremos jovens ali dentro. Porque sem juventude não há nada perene. Entendeu? Vai morrendo e acabou. E aí?

Matheus Vitorino Machado: Não. Vamos manter essa memória viva sem dúvida nenhuma. E se...

Paulo Novaes Coutinho: E você... Você está convidado pelo Coutinho pra aparecer lá. Pra nós convidarmos esse... E convidar gente boa. Convidar gente [Inaudível – 0:09:15.0]... Da classe trabalhadora. Gente que vem do sufoco. Da vida. Que aquilo ali é uma sustentação e pode pegar parte do jeito que nós podemos ter pra seguir em frente.

Matheus Vitorino Machado: Não. Tá ótimo. Eu agradeço demais o convite. Eu vou sem dúvida nenhuma. Pra mim, eu acho que é uma oportunidade imensa. Até queria lhe perguntar seu Coutinho. É o que... Quem que o senhor acha que poderia contribuir um pouco pra minha pesquisa pra uma entrevista que o senhor acha que poderia fornecer informações importantes?



Especialmente nessa construção da luta pela anistia que desemboca na comissão. Quem o senhor acha que é um bom informante nesse sentido?

Paulo Novaes Coutinho: Rapaz. Tem varias pessoas lá... José Alípio Ribeiro, por exemplo. O Joaquim. O Joaquim Aurélio da Silva também. Eu vou passar o telefone deles pro seu telefone.

Matheus Vitorino Machado: Tá ótimo. Eu agradeço bastante. Outra coisa que eu queria te perguntar, você se incomodaria se eu publicasse a nossa entrevista transcrita num repositório fonte, pra que outros pesquisadores possam acessar?

Paulo Novaes Coutinho: Sem problema.

Matheus Vitorino Machado: Sem problema. Tá ótimo então senhor Coutinho.

Paulo Novaes Coutinho: Tá bom.

Matheus Vitorino Machado: Agradeço demais. Olha uma boa tarde pro senhor. Tomara... Eu espero que o senhor e a sua família estejam todos saudáveis nesse momento que é tão complicado, né?

Paulo Novaes Coutinho: É. Com certeza, amigo. É isso aí meu amigo. Um abração forte pra você.

Matheus Vitorino Machado: Pra você também. Então uma boa tarde.

Paulo Novaes Coutinho: Tchau. Tchau.

[Fim do áudio 2]

